

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.272.301 - SP (2018/0075038-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ARMANDO PEREIRA BARBOSA
AGRAVANTE : DELERMANO PEREIRA BARBOSA
ADVOGADOS : ALESSANDRO DOS PASSOS ALVES DE CASTRO
MEIRELES - GO020690
GUILHERME ALMEIDA TABOSA E OUTRO(S) - MS017880
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : DENIR FERNANDES GALLI

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIROS. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO A AMPARAR A PRETENSÃO DOS EMBARGANTES. CONCLUSÃO CONTRÁRIA QUE DEMANDARIA O REEXAME DE PROVAS, O QUE É DEFESO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por ARMANDO PEREIRA BARBOSA e DELERMANO PEREIRA BARBOSA, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III, da Constituição Federal, no qual se insurgem contra acórdão proferido pelo TRF da 3a. Região, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1 - A presente ação foi interposta com o escopo de afastar futura constrição judicial em relação aos imóveis adquiridos pelos embargantes (Fazenda São Paulo, Fazenda Luma e Fazenda São Geraldo) da Sra. Irani Donizete Noronha.

2 - No que alude ao procedimento eleito pelos recorrentes, assim dispunha o art. 1.046 do Código de Processo Civil pretérito, então em vigor: "Art. 1.046. Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, sequestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhe sejam mantidos ou restituídos por meio de embargos. § 1º Os embargos podem ser de terceiro senhor e possuidor, ou apenas possuidor.

3 - Compulsando os autos, verifica-se a existência de determinação judicial de registro da citação do processo - ação pauliana nº

Superior Tribunal de Justiça

2000.61.06.013851-9 nas matrículas dos imóveis pertencentes aos embargantes, ora recorrentes, haja vista decisão que julgou procedente o pedido feito pela União (Fazenda Nacional) naqueles autos para o fim de anular a partilha levada a efeito no processo de separação consensual formalizado por Denir Fernandes Galli e Irani Donizeti Noronha Galli (Processo nº 1.080/1997, 3ª Vara Cível da Comarca de Mirassol/SP).

4 - Da referida decisão, foi interposta apelação perante esta Corte, tendo sido negado provimento ao recurso dos recorrentes e mantida a decisão impugnada que determinou a inscrição do registro de citação da referida ação anulatória nas matrículas dos imóveis em discussão nestes autos, conforme acórdão proferido pela C. Terceira Turma, em 17 de julho de 2014 (D.E.de 23/07/2014), em face do qual foi interposto recurso especial, encontrando-se os autos conclusos à Vice Presidência deste Tribunal para fins de exame de admissibilidade do REsp.

5 - Com efeito, observa-se, no caso em exame, que não obstante os referidos imóveis (R4-M-2.226 e R4-M-2.227) dos recorrentes encontrarem-se com as matrículas sujeitas a registro de citação de ação pauliana na qual se discute a anulação da partilha formalizada por Denir Fernandes Galli e Irani Donizeti Noronha Galli, a referida ação encontra-se sujeita à apreciação de recurso especial interposto ao E. STJ.

6 - Assim, sendo julgada procedente a ação ao final, poderá a União (Fazenda Nacional) eventualmente avocar os imóveis transmitidos aos embargantes para fins de garantia da Dívida Ativa e ulterior execução, hipótese em que poderão os embargantes, ora recorrentes, utilizar-se da via adequada para a satisfação da pretensão invocada.

7 - Nesse aspecto, vale mencionar o disposto na Súmula nº 195, da Corte Especial do E. STJ, que assim prescreve: "Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico por fraude contra credores".

8 - Desse modo, o procedimento eleito pelos embargantes não se mostra apropriado à pretensão veiculada nestes autos. Ademais, não é cabível discussão, nessa via, acerca da existência ou não de vício ou fraude na transmissão dos referidos imóveis aos embargantes, ora apelantes, o que, no caso, constitui objeto de mérito da ação pauliana supramencionada.

9 - Apelação não provida (fls. 395/396).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 482/489).

3. No Apelo Nobre (fls. 492/520), os recorrentes, ora

agravantes, se insurgem contra o entendimento acima sumariado, argumentando, em suma, que *acreditam na viabilidade e na plausibilidade do Direito invocado, porque o ordenamento jurídico prevê expressamente a possibilidade de oposição de embargos de terceiro com caráter preventivo, conforme jurisprudências desta Corte* (fls. 494).

4. Contra a decisão de inadmissibilidade recursal, a parte interpôs Agravo em Recurso Especial repetindo os mesmos termos do Recurso Especial.

5. É o relatório.

6. A irresignação não merece acolhimento.

7. Anote-se, primeiramente, que a deficiência na fundamentação do recurso atrai a aplicação da vedação prescrita na Súmula 284/STF. Os recorrentes, em seu inconformismo, não trataram de infirmar os fundamentos do acórdão, apontando com a clareza que requerem o manejo do Recurso Especial, os dispositivos de lei federal que teriam sido violados pelo acórdão recorrido e a expressa medida em que se deu tal violação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM SUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. VIOLAÇÃO DO ART. 525 DO CPC. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E FATOS. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AOS ARTS. 467, 468, 471, 473, E 474 DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA DA VIOLAÇÃO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

(...).

2. *Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando a recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente de que forma a legislação federal mencionada foi contrariada pelo Tribunal de origem, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.*

3. *Agravo regimental não provido* (AgRg no AREsp. 38.827/PB, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 2.9.2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PRETENDIDA REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA INEXISTÊNCIA DO DANO MORAL. ERRO ESCUSÁVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DE DISPOSITIVO FEDERAL VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...).

III. Em relação às alegações de inexistência do dano moral e de ocorrência de erro escusável, não foi indicado, no Especial, qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à norma infraconstitucional federal, aplicando-se, por analogia, o óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 529.990/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 2.10.2014).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VAGA EM CRECHE. ARTS. 11, I E V, 30 E 31 DA LEI 9.394/96. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. IMPERTINÊNCIA DO DISPOSITIVO LEGAL CONSIDERADO PREQUESTIONADO. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

(...).

2. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional. Incidência da Súmula 284/STF.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 562.736/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 14.10.2014).

8. Esclareça-se, ademais, que a citação, de forma genérica, de dispositivos de lei, não é suficiente para que os considerem violados. Há que

se desenvolver tese argumentativa, da qual se abstraíam os pontos específicos em que o acórdão violou a norma legal invocada, bem como de que forma se deu tal violação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OI S.A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO E OFENSA À COISA JULGADA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *A recorrente limitou-se a fazer alegações genéricas, não logrando demonstrar a suposta ofensa à lei federal ou, ainda, a incorreta interpretação dos dispositivos tidos por violados, deficiência que atrai a aplicação da Súmula n. 284/STF.*

2. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 1.136.382/SC, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 20.10.2017).*

9. Outrossim, ao analisar a moldura fática estampada nos autos, o Tribunal teceu as seguintes considerações:

Com efeito, observa-se, no caso em exame, que não obstante os referidos imóveis (R4 -M-2.226 e R4 -M-2.227) dos recorrentes encontrarem-se com as matrículas sujeitas a registro de citação de ação pauliana na qual se discute a anulação da partilha formalizada por Denir Fernandes Galli e Irani Donizeti Noronha Galli, a referida ação encontra-se sujeita à apreciação de recurso especial interposto ao E. STJ.

Outrossim, o caso em tela não se subsonic à hipótese prevista no art. 1.046 do diploma processual à época vigente, não se vislumbrando que os embargantes, ora apelantes, estejam sofrendo turbacão ou esbulho na posse dos aludidos imóveis.

Com efeito, a discussão trazida aos autos encontra-se adstrita a eventual anulação de ato jurídico se ao final do julgamento da ação pauliana, nos autos do processo nº 2000.61.06.013851-9 "sub judice", restar firmado entendimento quanto à existência de vício (fraude contra credores) na transmissão de bens constantes no formal de partilha da ação de separação de Denir Fernandes Galli e Irani Donizeti Noronha Galli.

Assim, sendo julgada procedente a ação ao final, poderá a União (Fazenda Nacional) eventualmente avocar os imóveis transmitidos aos

Superior Tribunal de Justiça

embargantes para fins de garantia da Dívida Ativa e ulterior execução, hipótese em que poderão os embargantes, ora recorrentes, utilizar-se da via adequada para a satisfação da pretensão invocada.

Nesse aspecto, vale mencionar o disposto na Súmula nº 195, da Corte Especial do E. STJ, que assim prescreve:

"Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico por fraude contra credores".

No mesmo sentido, trago à colação memo do E. STJ:

CIVIL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. DOAÇÃO DE IMÓVEL POR AVALISTAS A SEUS FILHOS. FRAUDE CONTRA. CREDORES. IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO NO ÂMBITO DOS EMBARGOS AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA. NECESSIDADE SÚMULA 195-STJ

I Inviável o reconhecimento da fraude contra credores no bojo de embargos de terceiro, sendo necessária a sua investigação e decretação na via própria da ação pauliana ou revocatória.

II Recurso especial conhecido e provido (REsp. 471.223/RS; Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR; Quarta Turma; Data do julgamento: 27.11.2007;; DJ de 17.12.2007; p. 174).

Desse modo, o procedimento eleito pelos embargantes não se mostra apropriado à pretensão veiculada nestes autos.

Ademais, não é cabível discussão, nessa via, acerca da existência ou não de vício ou fraude na transmissão dos referidos imóveis aos embargantes, ora apelantes, o que, no caso, constitui Objeto de mérito da ação pauliana supramencionada (fls. 392/393).

10. De tal contexto ressaí a conclusão de que a pretensão deduzida no Apelo Nobre não poderia ser acolhida sem uma nova e acurada análise das circunstâncias fático-probatórias descritas acima, o que, contudo, é defeso em Recurso Especial. Isso porque, consoante decidido acima, inexistente situação passível de acolhimento da pretensão exposta na via dos embargos de terceiro. Nesse sentido, a propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 557 DO CPC/1973. CABIMENTO DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO. DISCUSSÃO PREJUDICADA. EMBARGOS DE

Superior Tribunal de Justiça

TERCEIRO. AMEAÇA IMINENTE DE APREENSÃO. VERIFICAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. *É firme o entendimento desta Corte Superior de que o julgamento colegiado torna prejudicado qualquer vício inerente ao exame monocrático. Assim, com a análise do agravo regimental, fica superada a discussão quanto ao cabimento ou não da decisão fundada no art. 557 do CPC/1973.*

2. *Os embargos de terceiro, conforme orientação do col. STJ, são cabíveis quando o terceiro estiver na ameaça iminente de apreensão de bem de sua propriedade. Precedentes.*

3. *No caso, o Tribunal local registra inexistir ato de apreensão judicial que justifique a utilização daquela via. Para se afirmar o contrário, é necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.155.796/SP, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 18.8.2016).*

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial dos Particulares.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR